

Plenária 1 – Direitos, por Justiça Social e Ambiental

Reunidos nos dias 17 e 18 de Junho, iniciamos nossa plenária com a evocação poderosa do poder do fogo e da resistência, daqueles que lutam pela construção de um novo mundo. Diante da emergência de soluções para enfrentar a atual crise civilizacional e principalmente de construir este novo mundo que queremos, reuniram-se diversos representantes de movimentos sociais, populações indígenas e quilombolas, movimento negro, associação e articulação de mulheres, de jovens e crianças, movimentos ecumênicos, urbanos, rurais, atingidos por grandes obras, megaprojetos, e pelo modelo de desenvolvimento. Vieram de diversas partes do mundo: toda a América Latina e Caribe, América do Norte, África e Europa.

Acordamos que o sistema de produção capitalista, imperialista, a concentração de poder e renda e as desigualdades estruturantes de raça e gênero, dentre outros aspectos problemáticos são a principal causa da injustiça social e ambiental, bem como da crise na qual nos encontramos atualmente e rejeitamos tal sistema, assim como as falsas soluções por ele apresentadas para tal crise, como a Economia verde, e seus mecanismos (Pagamento por serviços ambientais, REDD), transgênicos etc. Acordamos também que é impossível efetivarem-se todos os direitos humanos e da natureza na permanência do atual sistema econômico e por isso concordamos que não há solução para a crise econômica e civilizacional: temos que mudar completamente o sistema.

De toda forma, entendemos que a mudança, apesar de radical, se dará a partir de pontos específicos, e por isso os propomos abaixo, como forma de solução para chegarmos ao modelo que almejamos. Entre os pontos propostos como solução, há aqueles que dizem respeito a mudanças de políticas públicas estatais, cujo cumprimento devemos exigir dos Estados nacionais, por meio do fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática. Há também outras sugestões que nós mesmos devemos construir. Temos todas as condições necessárias para fazê-lo, e certamente iremos conseguir, juntos!

Soluções para a crise estrutural e as falsas soluções

Soluções Gerais

1. Mudar o sistema de produção capitalista, pois esta associado num só sistema de dominação e opressão, que por meio de sua força política e econômica mantém o modelo de desenvolvimento econômico atual e as políticas neoliberais; além disso, promove o etnocídio de populações originárias e populações vulneráveis, a exclusão das práticas e saberes tradicionais do uso da terra, dos recursos naturais e violam direitos;
2. Reconhecer o direito à acessibilidade e à igualdade de oportunidades que favoreçam a coesão social, promovam os direitos humanos de forma universal e indivisível e o respeito a todas as pessoas independentemente de gênero, raça/etnia, classe social, religião, orientação sexual, localização, habilidades, e geração;
3. Fortalecer, criar e cultivar as economias cooperativas, reconhecendo e apoiando os grupos populares de produção, de pequena e média escala;
4. Garantir serviços básicos gratuitos e irrestritos, como saúde, educação, moradia e transporte;
5. Promover investimento de infra-estrutura sustentável social e ambientalmente;
6. Garantir a soberania cultural, num contexto de solidariedade e de interconexão;
7. Exigir o fim do militarização imposto pelos países do norte aos países do sul;
8. Construir um novo paradigma de desenvolvimento, que seja sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório;
9. Considerar a escravidão como crime contra a humanidade e criminalizar a homofobia;
10. Criar espaços coletivos populares e descentralizados, não hierarquizados desde o ponto de vista da concentração de poder, das decisões políticas e políticas públicas territoriais.
11. Que os Estados cumpram imediatamente todos os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, especialmente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Garantir o direito das populações indígenas, tribais e tradicionais a consulta prévia e informada quanto aos projetos que impactam diretamente seus territórios, bens materiais e imateriais.
12. Vincular as lutas contra a mudança climática àquelas a favor da Justiça social e Ambiental
13. Garantir a soberania alimentar e o direito humano à alimentação.

Povos Tradicionais e direito à Terra (urbana e rural) e ao Território

14. Realização de políticas públicas concretas de acesso a terras rurais e urbanas, com efetivação da Reforma Agrária e da Reforma Urbana, a implementação da função social da terra urbana e rural, o direito à cidade, respeitando o ambiente sócio-afetivo e cultural das pessoas e sendo as reformas urbana e rural uma solução frente à apropriação do espaço público por instituições privadas;
15. Garantir o direito humano à terra das comunidades tradicionais, como populações indígenas e quilombolas, para que não sejam removidas dos territórios que ancestralmente ocupam assim como o apoio à cultura e a realidade das populações tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganas, camponesas, dentre outras), garantindo sua autonomia e auto-determinação;

16. Promover o direito à mobilidade para todos e todas os habitantes das cidades, por meio da tecnologia limpa e sustentável e a reforma da política de transporte;
17. Garantir a prevalência do direito à cidade e à moradia frente a remoção forçada promovida por grandes obras e megaeventos (como Olimpíadas e Copa do Mundo);
18. Criar um eixo temático na Comissão da Verdade brasileira dedicado aos crimes contra as nações indígenas durante a ditadura militar.

Sistema Político e Democracia

22. Fazer com que as políticas públicas sejam políticas de Estado e não políticas de governos y promover a participação completa da comunidade no processo de definição de políticas públicas, em nível local e nacional e em áreas rurais e urbanas.
23. Estabelecer a paridade entre homens e mulheres nos partidos políticos para inserção da mulher nas políticas nacionais e globais;
24. Democratizar a participação dos movimentos sociais;
25. Estabelecer uma política tributária progressiva nos países, que levem em conta as especificidades de renda e proventos, assim como a tributação das altas heranças e grandes fortunas;
26. Fortalecer formas de governabilidade e governança considerando todos os atores da sociedade civil;
27. Promover a democratização do Poder Judiciário;
28. Dividir a riqueza e os recursos e promover sua gestão democrática (recursos financeiros, culturais, políticos, naturais e sociais);
29. Fortalecer a integração política e cultural de complementariedade e sustentabilidade entre os países sulamericanos, para que não seja um integração apenas “de mercado”.

Comunicação e mídia

6. Democratizar dos meios de comunicação y promover uma comunicação pautada na perspectiva educadora, que deve resignificar experiências e estar a serviço da inclusão social da diversidade de saber e da justiça ambiental.

Gênero e Direitos das Mulheres

1. Reconhecimento de direitos trabalhistas para a trabalhadora doméstica;
2. Garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;
3. Incluir na denuncia sobre mercantilização também a mercantilização do corpo da mulher;
4. Incluir as questões de gênero na educação básica;
5. Garantir políticas públicas de auxílio à maternidade e de construção de creches;

Direito à Educação

13. Garantir o desenvolvimento comunitário a partir dos saberes do povo, evitando a imposição de saberes globais sobre os locais e os currículos dominados pelo estado e o mercado. Estabelecer práticas educativas não discriminatórias, com respeito às diferenças etnoculturais e para perpetuação dos saberes tradicionais.
14. Estabelecer um currículo escolar básico acessível a todos e todas, que tenha como objetivo principal o crescimento e desenvolvimento intelectual de crianças e jovens e garanta sua inserção e participação na sociedade, considerando também as peculiaridades regionais e culturais, estendida a todas as pessoas das áreas urbanas e rurais;
15. Fazer com que toda a merenda escolar seja proveniente da produção local agroecológica;
16. Democratizar o conhecimento e promover o fim do analfabetismo;
17. Garantir o empoderamento da juventude.

Direito ao Trabalho

19. Garantir dos direitos trabalhistas para todos os seres humanos com ênfase especial nas mulheres, tendo em conta a igualdade salarial e dos trabalhadores e trabalhadoras do campo;
20. Realizar políticas que favoreçam os catadores de lixo;

Direito ao Meio Ambiente e Direitos da Mãe Terra

21. Priorizar energias renováveis e limpas que não coloquem em risco a vida do planeta, as comunidades e a biodiversidade;
22. Pressionar para que se adotem medidas de demarcação e homologação de terras indígenas;
23. Reforçar a Carta da Terra e transformá-la em modelo de preservação e conversação da vida no planeta;
24. Responsabilizar civil, criminal e juridicamente as instituições que provocam os desastres ambientais;
25. Trabalhar para confirmar a água e a terra como direitos humanos;
26. Valorizar os espaços de vida daqueles que melhor preservam a natureza, como as populações amazônicas.